

	<p><b>Gileno Barreto</b> <b>Advogado</b></p>
<p>Idiomas:</p>	<p>Português – Nativo; Inglês– Fluente;</p>
<p>Formação Acadêmica:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacharel em Direito pela Uniceub (Brasília) em 2002;</li> <li>• MBA em Finanças pela EAESP – FGV, 2004;</li> <li>• Membro da Ordem dos Advogados do Brasil desde 2002, seções DF, SP, RJ, MG, BA, SE</li> <li>• Mestrado em Direito Tributário Internacional (incompleto)</li> </ul>
<p>Participação em entidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT)</li> <li>• Membro da ABDF (IFA)</li> <li>• Membro do Núcleo Paulista de Estudos Tributários (NUPET)</li> </ul>
<p>Treinamentos relevantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de Formação de Conselheiros – 127ª Turma IBGC</li> <li>• Curso de Formação de DPO (Data Privacy Officer) – FEA USP</li> <li>• Curso ESG &amp; D – PUC/RJ</li> </ul>
<p>Resumo da Experiência Profissional</p>	<p><b>2020-2021 Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO</b></p> <p><b>Diretor-Presidente</b>, responsável pela condução da empresa, contemplando relacionamento institucional com <i>stakeholders</i> tais como TCU, CGU, SEST, Ministério da Economia e Agência Nacional de Proteção de Dados. Condução do relacionamento com o Conselho de Administração da empresa, composto por 7 membros sendo 2 independentes e 1 eleito pelos empregados, além da Assembléia Geral e dos Comitês Estatutários, tais como COAUD e Conselho Fiscal. Responsável pelo direcionamento de alto nível da empresa e implementação dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico.</p> <p>Responsável pelo direcionamento e supervisão de seis diretorias estatutárias, quais sejam, i) Operações, envolvendo a aquisição de ativos de software e hardware para a sustentação e processamento resultante de aproximadamente 700 sistemas e 2 mil aplicações para clientes públicos, majoritariamente órgãos da União Federal e para clientes privados, envolvendo processamento massivo de dados; ii) Relacionamento com clientes, envolvendo a contratação com aproximadamente 9.500 clientes públicos e privados; iii) Desenvolvimento, compreendendo o desenvolvimento de sistemas complexos com alto grau de integrações; iv) Pessoas, administrando as funções de Recursos Humanos de aproximadamente 9.200 empregados concursados; v) Jurídico, tal</p>

como descrito na experiência anterior; e vi) Administrativo-financeira, envolvendo logística, fiscal, contábil e a administração corporativa da empresa.

Dentre as funções externas, condução do relacionamento e contratação de projetos relevantes de transformação digital do Governo Federal, apoiando o Ministério da Economia e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital na implementação de políticas públicas, relacionadas à melhoria do ambiente de negócios no Brasil, e de transformação digital dos órgãos do Ministério da Economia e do Ministério da Infraestrutura, dentre outros. Responsável pela implementação e sustentação da Plataforma Gov.br

#### **2019 – 2020 Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO**

**Diretor Estatutário**, responsável pelo assessoramento direto à Presidência, e pela coordenação de três áreas operacionais, com aproximadamente 300 empregados. (i) *Superintendência Jurídica*, responsável pelo assessoramento direto às demais diretorias do core business da empresa, a Comercial, de Operações e de Desenvolvimento, por meio da emissão de pareceres, concentrando-se nas áreas de Direito Societário, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Digital, Direito Civil e Trabalhista e Propriedade Intelectual, e pela condução de todo o contencioso da empresa, com aproximadamente 4 mil processos; (ii) *Superintendência de Controles e Riscos*, responsável pelo controle dos riscos empresariais, e pelas políticas e programas de *compliance*, inclusive anticorrupção; (iii) Superintendência de Organização e Gestão, cujas atribuições incluem o escritório de projetos, o mapeamento e controle dos processos da cadeia de valor do Serpro, e a normatização interna de toda a empresa.

#### **2018 – 2019 Barreto, Cunha & Rigo Advogados**

**Sócio fundador** do escritório de advocacia, especializado em Contencioso e Consultoria Tributários, suporte a investidores estrangeiros Inbound & Outbound, M&A, Estruturação empresarial, Direito Regulatório e Direito Administrativo, Governança Corporativa, Lei de Inovação e P & D, consultoria tributária para Start-Ups, Direito Penal Tributário, Reestruturações Societárias, *Due Diligence* Legal e Direito Tributário Internacional.

#### **2011 – 2018 Loeser e Portela Advogados**

**Sócio**, coordenador da “célula tributária”, que abrange o contencioso tributário, administrativo e judicial, e a consultoria tributária do escritório. A célula concentrava as atividades de aproximadamente 40 advogados em 4 regionais, atendendo clientes em todo o país, nacionais ou estrangeiros, referidos pelos escritórios do network internacional, a PwC Legal Services e a Landwell Advogados. Na Loeser e Portela administrou um contencioso com mais de 200 clientes ativos. Atuou também em processos de *Mergers & Acquisitions*, inclusive na elaboração de instrumentos contratuais e em *Legal Due Diligences*, e exerceu a função de administração financeira das atividades e projetos executados pela equipe. Responsável pelo Tax Controversy Group Global no Brasil.

#### **1991 – 2010 PricewaterhouseCoopers**

Ingressou na Price Waterhouse em 1991, alçando todos os degraus da hierarquia, tornando-se sócio em 2011, quando passou a atuar na Loeser e Portela Advogados. Atuou na auditoria contábil (*assurance*) de 1991 a 1995, foi auditor sênior e responsável pela

	<p>condução de trabalhos de auditoria em campo, quando foi transferido para o Tax &amp; Legal Services. Nesse departamento foi responsável pela coordenação e depois gerenciamento de projetos de consultoria tributária em todos os níveis e para clientes de todas as indústrias, públicos e privados. Atuou também em projetos de <i>due diligence</i>, em <i>valuations</i>, em fusões, incorporações e cisões de grandes empresas, na elaboração e implementação de planos de reestruturação societária e no <i>post-deal</i> em processos de integração (<i>integration process</i>). Possui larga experiência em indústrias, sendo as mais significativas as de <i>Government Services</i>, <i>Financial Services</i>, <i>Energy &amp; Utilities</i>, <i>Consumer and Industrial Products &amp; Services</i> (CIPS) e <i>Education</i>. Acumulou as funções de líder nacional do TCDR – <i>Tax Controversy &amp; Dispute Resolution</i> da PwC, sendo membro do <i>Global Core Team</i> em Washington, e de Líder da área tributária do GP&amp;S – <i>Government Products &amp; Services</i> da PwC Brasil.</p> <p><b>2004 – 2014 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF</b></p> <p><b>Conselheiro</b>, atuou no Conselho de Contribuintes e posteriormente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, iniciando em 2004 no antigo Primeiro Conselho, sendo nomeado em sequência para o antigo Segundo Conselho e posteriormente para a 3ª Seção do CARF, quando transformado em 2010. Foi membro da Câmara Superior de Recursos Fiscais de 2007 a 2010, e foi durante a maior parte do exercício dos três mandatos o Vice-Presidente de sua Câmara ou Turma. Encerrou sua participação em dezembro de 2014, após 10 anos, por ocasião do encerramento do último mandato regimentalmente previsto.</p> <p><b>1998 a 2002 – Câmara dos Deputados</b></p> <p><b>Assessor legislativo e Chefe de Gabinete</b> na Câmara dos Deputados no período de 1999 a 2002, quando desligou-se da PwC. Foi à época responsável pela elaboração de proposições legislativas, Emendas Constitucionais, Projetos de Lei. Participou da elaboração do Orçamento Geral da União, por meio da apresentação de Emendas. Participou na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, durante o processo de regulação do Setor de Telecomunicações, na fase pós-desestatização, além de ter elaboração de projetos para a execução orçamentária.</p>
<p>Projetos Relevantes</p>	<p><b>Plano de Modernização da Aduana Brasileira – PMAB</b></p> <p>Outubro de 2006 - julho 2008  Banco Mundial e Receita Federal do Brasil  Gestão e Coordenação de projeto de consultoria, contemplando a avaliação da estrutura processos jurídicos e de gestão adotados pela COANA, o benchmarking internacional em quatro países, os cenários econômicos e a elaboração de 200 projetos necessários para a implementação do modelo proposto.</p> <p><b>Estudo sobre o Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro</b></p> <p>Janeiro de 2003 - dezembro 2004  Gestão e coordenação de equipe de Tax responsável pelo estudo do modelo de governança do setor proposto pela União para o setor elétrico brasileiro, em substituição ao RESEB.</p> <p><b>Estudo Anual sobre a Carga Tributária de Distribuição de Energia - Abradee</b></p>

	<p>Janeiro de 2006 - dezembro 2006  Coordenação e elaboração da série histórica da carga tributária do subsegmento de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro a partir das demonstrações financeiras das empresas a Abradee (Associação Nacional de Empresas de Distribuição de Energia). Série histórica 1999-2005.</p> <p><b>Estudo Anual sobre a Carga Fiscal da Indústria de Energia - Instituto Acende Brasil</b></p> <p>Janeiro de 2009 - dezembro 2009  Coordenação e Elaboração de estudo anual sobre a carga tributária do Setor Elétrico Brasileiro a partir das demonstrações financeiras das empresas do setor nos subsegmentos de geração, distribuição e transmissão.  Série histórica 1999-2005 e 2006-2008.</p> <p><b>O Regime da Substituição Tributária no Brasil (ICMS-ST) no Brasil - CNI</b></p> <p>Janeiro de 2010 – junho 2010  Coordenação e elaboração de um estudo técnico econômico e jurídico sobre o regime de substituição tributária no Brasil, cobrindo 27 estados brasileiros. Publicação conjunta do Relatório pela PwC-CNI, tendo sido o estudo apresentado no Fórum Nacional da Indústria, contemplando a redação de anteprojeto de lei a apresentar no Congresso Nacional brasileiro.</p>
Publicações	<p><b>PIS e COFINS à luz da jurisprudência do CARF, Vols. 1</b>  Coordenação Marcelo Magalhães Peixoto, MP Editora, SãoPaulo, 2011  <i>Controvérsias Jurídico-Contábeis acerca da incidência da contribuição ao PIS e da COFINS sobre as subvenções econômicas.</i></p> <p><b>PIS e COFINS à luz da jurisprudência do CARF, Vols. 2</b>  Coordenação Marcelo Magalhães Peixoto, MP Editora, SãoPaulo, 2013  <i>Sobre os créditos das contribuições ao PIS e da COFINS dos dispêndios com o transporte de mercadorias.</i></p> <p><b>PIS e COFINS à luz da jurisprudência do CARF, Vols. 3</b>  Coordenação Marcelo Magalhães Peixoto, MP Editora, SãoPaulo, 2014  <i>Da incidência das contribuições ao PIS e da COFINS não cumulativas sobre as receitas das operações típicas das administradoras de cartões.</i></p> <p><b>PIS/COFINS – Apropriação de Créditos – Conceito de Insumos – Posicionamentos do CARF</b>  Coordenação Eduardo Borges, Quartier Latin, São Paulo, 2014  <i>Créditos de PIS e COFINS sobre despesas de propaganda e marketing</i></p> <p><b>Melhores Práticas em Gestão Governamental</b>  Coordenação João Lins e Paulo Miron, Quartier Latin, 2009  <i>“A Reforma da Administração Tributária”</i></p>

